



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE Estado de Minas Gerais

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 30/05/2018

- PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018 -

Às 13h21 do dia 30 de maio de 2018, no Plenário da Câmara Municipal, sito à Avenida São Francisco, nº 320, reuniram-se em Audiência Pública promovida pela Comissão de Administração Financeira e Orçamentária da Câmara Municipal de Pouso Alegre, conforme dispõe o § 4º do artigo 9º e o § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 101/00, para a Prestação de Contas referente ao Primeiro Quadrimestre de 2018, os vereadores André Prado, Bruno Dias, Campanha, Leandro Morais e Prof.^a Mariléia. O Ver. Bruno Dias comunicou a ausência dos vereadores Arlindo Motta Paes, Oliveira e Wilson Tadeu Lopes. Presentes ainda, representando o Poder Executivo, o Sr. Júlio César da Silva Tavares, Secretário Municipal de Administração e Finanças, a Sra. Juliana Maris Graciano, Gerente de Contabilidade; representando o IPREM, a Sra. Patrícia Andrade e o Sr. Alberto Maia Valério; e representando a Câmara Municipal, a Sra. Maria Nazareth de Souza Santos e o Sr. Nicholas Ferreira da Silva. O Presidente da Comissão de Administração Financeira e Orçamentária da Câmara Municipal de Pouso Alegre, Ver. Bruno Dias, informou que a apresentação seria iniciada pela IPREM. **A representante do IPREM, Sra. Patrícia Andrade**, apresentou os valores recebidos de repasse patronal. Justificou o aumento do valor em razão do repasse do 13º da Prefeitura em janeiro. Apresentou os valores gastos com inativos e pensionistas. O Sr. Alberto Maia Valério se apresentou como interventor do IPREM. Disse que estão sendo feitas auditorias em 17 (dezessete) fundos que podem ser considerados como problemáticos. Afirmou que a precisão dos valores somente poderá ser apurada após o fim dos trabalhos. A Sra. Patrícia Andrade apresentou outras receitas do Instituto. O Sr. Alberto Maia Valério explicou como se dá a compensação dos valores de contribuição ao INSS. A Sra. Patrícia Andrade apresentou os valores totalizados de receita. O Sr. Alberto Maia Valério explicou a forma de contabilização das receitas. A Sra. Patrícia Andrade apresentou as folhas de pensão, aposentadoria, salário família e auxílios, além dos acordos administrativos. O Sr. Alberto Maia Valério afirmou que alguns valores, em razão dos “fundos-problema”, não possuem correspondência real. Destacou que o IPREM tem funcionamento normal. Disse que o IPREM tem participado de assembleia dos fundos na busca de profissionais capacitados para o trabalho de administração dos recursos. O Ver. Bruno Dias solicitou a explicação sobre



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE Estado de Minas Gerais

como tem acontecido o processo de intervenção e quais são os fundos investigados. Requisitou também como serão dados os passos para recuperação do IPREM. O Sr. Alberto Maia Valério disse que o foco da intervenção consiste na parte estrutural do IPREM, especialmente nos Conselhos, e no tratamento dos “fundos-problema”. Falou que há a aplicação de R\$ 160 milhões (cento e sessenta milhões de reais) em “fundos-problema” dos R\$ 406 milhões (quatrocentos e seis milhões de reais) de patrimônio em ativos. Declarou que houve a contratação de auditoria para auxiliar na identificação do problema. Comentou que o IPREM tem acessado cada um dos fundos para avaliar a situação. Disse que há fundos que já “viraram pó”. Enumerou os fundos problemáticos onde há recursos do IPREM aplicados. O Ver. Bruno Dias agradeceu a participação do representante do IPREM. O Ver. Campanha questionou se a Prefeitura Municipal está em dia com os repasses. O Sr. Alberto Maia Valério afirmou que não há valores atrasados. Declarou que as multas por atrasos estão sendo tratadas. O Ver. Campanha declarou que o IPREM deveria comunicar o Ministério Público sobre os atrasos de repasse. Disse que o papel deveria ser do Conselho, que está inativo. O Sr. Alberto Maia Valério afirmou que o maior problema do IPREM é a questão dos fundos problemáticos. O Ver. Campanha comentou que há servidores que acionaram a justiça para pagamento de valores. O Sr. Alberto Maia Valério asseverou que as decisões judiciais estão sendo cumpridas. O Ver. Campanha declarou que o IPREM se propôs a pagar a diferença. O Sr. Alberto Maia Valério afirmou que tem feito o pagamento das decisões judiciais. O Ver. Campanha questionou acerca dos fundos investigados. O Sr. Alberto Maia Valério declarou que não recebeu a informação da Polícia Federal sobre os fundos investigados. O Ver. Campanha questionou sobre os valores do Banco Rural. O Sr. Alberto Maia Valério declarou que os valores estão no processo de liquidação do banco. O Ver. Campanha questionou sobre as novas aplicações a serem feitas. O Sr. Alberto Maia Valério afirmou que as novas aplicações de recursos serão informadas ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo. Apresentou seu currículo. O Ver. André Prado apresentou que somente 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) do patrimônio do IPREM está investido em fundo de difícil recuperação. Apresentou os dados obtidos através da imprensa do município acerca do patrimônio do IPREM. Questionou qual é a verdade. O Sr. Alberto Maia Valério afirmou que 44% (quarenta e quatro por cento) da carteira total de investimento está comprometida em fundos problemáticos. Disse que a intervenção busca identificar os problemas e recuperar os valores.



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE Estado de Minas Gerais

Falou que o problema está atualmente em R\$ 120 milhões (cento e vinte milhões de reais). O ver. André Prado questionou a respeito das contratações via terceirização. Perguntou se existe alguma conversa com a Prefeitura Municipal sobre esse assunto. O Sr. Alberto Maia Valério afirmou que a estrutura do IPREM atualmente está voltada para a busca da solução com os “fundos-problema”. Às 13h58 chegou ao Plenário o Ver. Dr. Edson. O Ver. Bruno Dias afirmou que a existência dos Conselhos não impediu o investimento em fundos fraudulentos. Disse que em 2015 houve o investimento e depois a aprovação dos Conselhos. Questionou, caso haja prejuízo, se existe algum estudo sobre o novo déficit atuarial. O Sr. Alberto Maia Valério afirmou que já existe a proposta de novo cálculo atuarial e proposta de ajuste, o que faz parte do processo de intervenção. O Ver. Bruno Dias pediu o envio do relatório final da auditoria para a Câmara Municipal. **O representante da Câmara Municipal, Ver. Leandro Morais**, apresentou os processos licitatórios desenvolvidos pela Câmara Municipal, com os respectivos valores de economia. Demonstrou os valores gastos com pessoal, que está abaixo do limite prudencial do município e do limite de 70% (setenta por cento) de folha de pagamento, já que atingiu 49,7% (quarenta e nove vírgula sete por cento). Comentou sobre a manutenção do corte de cargos comissionados. Falou sobre a economia na cota de telefonia. Destacou os atendimentos promovidos pelo CAC. Comentou sobre os trabalhos da Escola do Legislativo, especialmente a respeito do lançamento da Constituição em Miúdos 2. O Ver. Dr. Edson parabenizou o Presidente Leandro Morais pela forma democrática e transparente na condução da Câmara Municipal. O Ver. Bruno Dias parabenizou as equipes da Câmara Municipal e os vereadores pela economia de recursos públicos. O Ver. Leandro Morais agradeceu as manifestações dos vereadores. Agradeceu os servidores que contribuem para o trabalho cotidiano da Câmara Municipal. Destacou os trabalhos da TV Câmara e da Rádio Legislativa. **A representante da Prefeitura Municipal, Sra. Juliana Maris Graciano**, apresentou o relatório dos limites legais, em que a Prefeitura ficou abaixo em todos os índices. Demonstrou a receita corrente líquida consolidada e as despesas consolidadas dos últimos doze meses. Apresentou o resultado primário consolidado, que totalizou R\$ 51 milhões (cinquenta e um milhões de reais), atingindo as metas estipuladas. Demonstrou o “restos a pagar” no valor total de R\$ 18 milhões (dezoito milhões de reais). Disse que a dívida consolidada até 30 de abril de 2018 foi de R\$ 62 milhões (sessenta e dois milhões de reais). Afirmou que o objetivo das metas fiscais foi atingido. O Ver. André Prado afirmou que não



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE Estado de Minas Gerais


há custos com apostilas, com ensino médio, e com a refeição dos professores. Declarou que o dinheiro que está sobrando e deveria aparecer em algum lugar. Questionou o motivo pelo qual a educação não recebe mais atenção. Perguntou se existe o plano de pagar o piso nacional para os professores. Questionou ainda sobre os empréstimos contraídos para a realização de obras. O Sr. Júlio César da Silva Tavares afirmou que há investimento em educação, já que mais de 30% (trinta por cento) da receita corrente líquida está aplicada em educação. Comentou que a merenda escolar é de melhor qualidade. Afirmou que há a busca de melhorar a organização das escolas. Explicou como se dá aplicação de recursos em obras públicas e o prazo para pagamento. Disse que sem o apoio de operação de crédito não seria possível executar as melhorias no município, já que o objetivo é antecipar o recurso. Afirmou que outros recursos poderão ser antecipados através de operações de crédito. O Ver. André Prado questionou qual é a capacidade endividamento do município. O Sr. Júlio César da Silva Tavares disse que a possibilidade é de 1,2% (um vírgula dois por cento) da receita corrente líquida. O Ver. Campanha questionou qual é a previsão de receita. O Sr. Júlio César da Silva Tavares explicou a diferença entre a receita corrente e a receita de capital. O Ver. Campanha questionou qual era a dívida quando a atual gestão assumiu o Governo. O Sr. Júlio César da Silva Tavares disse que não possuía o valor naquele momento. Declarou que a dívida do município aumentou consideravelmente nos últimos meses em razão de condenações judiciais. O Ver. Campanha questionou qual é o atual saldo bancário. O Sr. Júlio César da Silva Tavares explicou as nuances do saldo bancário. Disse que atualmente há uma margem de R\$ 2 milhões (dois milhões de reais). Afirmou que há R\$ 5 milhões (cinco milhões de reais) para receber do Governo do Estado. O Ver. Campanha falou sobre o trabalho do Secretário de Trânsito. Declarou que recebeu as informações de que o problema estaria na Secretaria de Finanças. Questionou onde está o problema. O Sr. Júlio César da Silva Tavares explicou a tramitação dos documentos nas Secretarias do município. Disse que a ausência de repasses dos governos Federal e Estadual tem provocado alguns contingenciamentos pela Secretaria de Finanças. O Ver. Dr. Edson requisitou uma projeção dos impactos dos empréstimos para as futuras administrações. O Sr. Júlio César da Silva Tavares explicou que é preciso manter a capacidade de pagamento, já que são ações que privilegiam o desenvolvimento econômico no futuro. O Ver. Dr. Edson comentou sobre os valores alocados para publicidade. Disse que é preciso utilizar a arrecadação do município para obras. O Sr.




CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE Estado de Minas Gerais

Júlio César da Silva Tavares explicou como são feitos os estudos para adesão às operações de crédito. A Ver. Prof.^a Mariléia questionou se os servidores já receberam o aumento de 2,8% (dois vírgula oito por cento) nesse mês, com os valores retroativos. O Sr. Júlio César da Silva Tavares disse que a folha foi processada com o aumento e a diferença retroativa ainda não foi paga. A Ver. Prof.^a Mariléia questionou quando será pago. O Sr. Júlio César da Silva Tavares disse que será pago assim que os cálculos forem concluídos. O Ver. Bruno Dias explicou que a autorização dos empréstimos pela Câmara Municipal não significa a efetivação do crédito, que depende de outras etapas. E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão de Administração Financeira e Orçamentária da Câmara Municipal de Pouso Alegre, Ver. Bruno Dias, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência às 15h24. E, para constar, eu, Luiz Guilherme Ribeiro da Cruz, Analista Legislativo, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente da Comissão de Administração Financeira e Orçamentária, Ver. Bruno Dias, pelo Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pouso Alegre, Ver. Leandro Moraes, pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Sr. Júlio César da Silva Tavares, e por mim.

Pouso Alegre, 30 de maio de 2018.


Ver. Bruno Dias
Presidente da Comissão de Administração
Financeira e Orçamentária


Ver. Leandro Moraes
Presidente da Mesa Diretora da
Câmara Municipal de Pouso Alegre


Júlio César da Silva Tavares
Secretário Municipal de
Administração e Finanças


Luiz Guilherme R. da Cruz
Analista Legislativo